

---

## Editorial

2015 constará da certidão de nascimento da Revista Publicum. Trata-se de uma circunstância interessante, pois foi um ano particularmente turbulento e importante para o Direito Público e para a UERJ. Em perspectiva histórica, celebraram-se os 800 anos da Magna Carta, referencial que permanece vivo na afirmação de direitos fundamentais basilares e do *rule of law*. Outro momento importante e repleto de simbolismo foi a decisão da Suprema Corte norte-americana no sentido de reconhecer a possibilidade de casamento entre pessoas do mesmo sexo, tomada no precedente *Obergefell v. Hodges*. Apesar de não ser uma medida inédita sob a ótica global, a ampla discussão e repercussão internacional que provocou tornam claro o processo de intercâmbio entre sistemas constitucionais e a emergência de uma cultura constitucional cosmopolita.

Por outro lado, muitas liberdades tidas por conquistadas estão sob ataque. Testemunhou-se, duplamente, a emergência do terror na França, berço do constitucionalismo ocidental, pelo atentado à redação da revista *Charlie Hebdo*, em janeiro, e o massacre em Paris, em novembro, que causou mais de cem mortes. Esse último episódio motivou o decreto de estado de emergência em território francês, comprimindo-se direitos em prol de um maior controle do Estado. Calibrar o convívio entre segurança e liberdade torna-se um desafio cada vez mais complicado para o constitucionalismo.

No Brasil, vivemos tempos particularmente turbulentos. Para além das mazelas que há muito nos acompanham, passamos por um período de crise político-institucional e econômica, em que o projeto constitucional de 1988 tem sido posto à prova.

Esse cenário ambíguo, borbulhante em conquistas, retrocessos e conflitos, também se reflete na faculdade de direito da UERJ. De um lado, celebram-se os 80 anos da Faculdade de Direito, que se tornou espaço importante na reflexão jurídica nacional. Expressão disso é tanto o corpo docente da faculdade – parte relevante da composição da mais alta Corte do país – quanto o discente: nos últimos anos, dois doutores formados pela linha de pesquisa de direito público da pós-graduação foram agraciados, pela CAPES, com o prêmio de melhor tese jurídica no país. Ao mesmo tempo em que se produz reflexão acadêmica de ponta, o quadro financeiro da universidade se encontra em estado de penúria.

É em momentos complexos e desafiadores como o atual que a vocação do Direito Público para lidar com as interações entre Estado e sociedade se mostra mais importante. No atual contexto, a presença de uma academia atenta e crítica é vital. É nesse espírito que se funda a Revista Publicum, publicação oficial da linha de pesquisa de Direito Público da faculdade de direito da UERJ.

Buscando veicular conhecimentos produzidos interna e externamente, a edição inaugural da revista congrega trabalhos acadêmicos originais produzidos tanto por alunos da faculdade, quanto por acadêmicos e professores de outros estados da federação e países. Em todos os artigos selecionados, tem-se como fio temático a reflexão crítica sobre elementos nucleares do constitucionalismo – a afirmação, fundamentação e aperfeiçoamento de direitos humanos, de seus instrumentos de garantia e de suas relações com o desenho das instituições públicas.

A edição conta, ainda, com entrevista original concedida pelo Professor Luís Roberto Barroso. Nesta, o professor apresenta reflexões importantes sobre temas atuais e fala sobre sua atuação como ministro do Supremo Tribunal Federal, em análise enriquecida por seu *background* profissional como acadêmico e advogado.

Esperamos que desfrutem da leitura, convidando a todos que pensam os desafios do Direito Público a contribuírem com as próximas edições.

**Jane Reis Gonçalves Pereira**

Professora Adjunta de Direito Constitucional da  
Faculdade de Direito da UERJ

**Gabriel Accioly Gonçalves**

Mestre em Direito Público pela UERJ